

Exmo. Senhor
Diretor do
Centro Nacional de
Cibersegurança
Eng^o Lino Santos

Lisboa, 14 de setembro de 2023

403

ASSUNTO: EUCS – European Union Certification Scheme

Exmo. Senhor,

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal tem acompanhado com todo o interesse o debate em torno da criação do Sistema de Certificação de Cibersegurança dos Serviços *Cloud* da União Europeia (EUCS), tendo consciência de que esta é uma oportunidade para que a UE mostre um elevado sentido de cooperação num tema tão crucial para a vida dos cidadãos e empresas europeias.

Neste processo, tem vingado o posicionamento de alguns Estados-membros da UE (ainda que minoritários) que têm influenciado a proposta em discussão e que ameaçam tornar o EUCS numa ferramenta pouco eficaz e, mais grave do que isso, prejudicial ao desenvolvimento e competitividade da economia europeia como um todo.

Estas posições minoritárias têm na sua base uma tendência protecionista em defesa de uma suposta soberania europeia a nível tecnológico. No entanto, esta é uma posição que bloqueia a abertura económica num tema tão central como a regulação e cooperação tecnológica. Na visão da CIP, quaisquer medidas que impeçam a abertura da economia e que não fomentem ao acesso a novos mercados são um grave entrave ao desenvolvimento económico dos Estados-membros da EU, com particular impacto em Países como Portugal.

Defendemos soluções equilibradas que, respeitando a autonomia e os valores europeus, assegurem que a transferência e a incorporação tecnológica possam beneficiar as empresas nacionais. Lamenta-se assim a falta de consenso e que este processo possa vir a ser bloqueado ou a ser totalmente ditado por um grupo minoritário de Estados-membros que, em nome da soberania europeia, privilegiam os seus interesses particulares.

A CIP é favorável a soluções que promovam a abertura da economia, significando isso que as soluções globais mais avançadas deverão contribuir para o crescimento das empresas e economias europeias. Não há melhor forma de estimular as empresas do que criar condições para um mercado concorrencial competitivo onde os melhores e os mais evoluídos operam. Isto significa mais oportunidades para as empresas portuguesas, nomeadamente, aquelas que querem operar num ambiente internacional.

Tal como está a ser pensado, o EUCS irá limitar a escolha das empresas nacionais que poderão querer expandir a sua atividade para fora das fronteiras europeias.

Por tudo isto, a CIP espera que a proposta a ser criada pela Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA) tenha em conta, para além das questões fundamentais de segurança, os efeitos que pode gerar na competitividade das empresas e economias europeias. Defenderemos sempre uma solução que estimule as empresas, mas isso só será possível com abertura e não com protecionismo. A Europa nunca será soberana tecnologicamente, ou noutra qualquer outra área, fechando-se em si mesmo, impedindo que as suas empresas possam partilhar o mercado com os maiores e melhores, atraindo investimento e *know-how*.

Assim, apelamos a que as entidades nacionais possam ativamente advogar por uma proposta final que apoie as empresas portuguesas, rejeitando a introdução de requisitos “soberanistas” que mais não visam do que limitar a escolha, em benefício de alguns.

De igual modo, Portugal deverá exigir uma avaliação exaustiva do impacto desta proposta na economia e nas empresas europeias.

Com os meus melhores cumprimentos,



Armindo Monteiro
Presidente